

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 24/Out



cntv@terra.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3075- Ano 2023

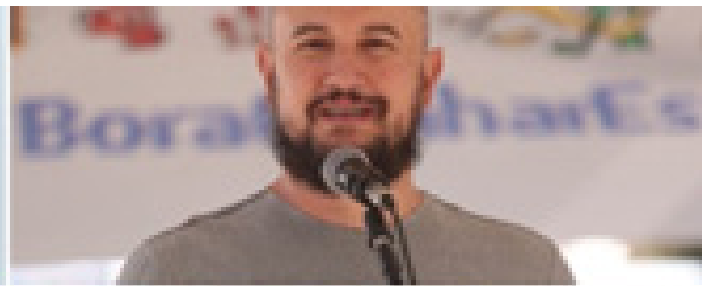
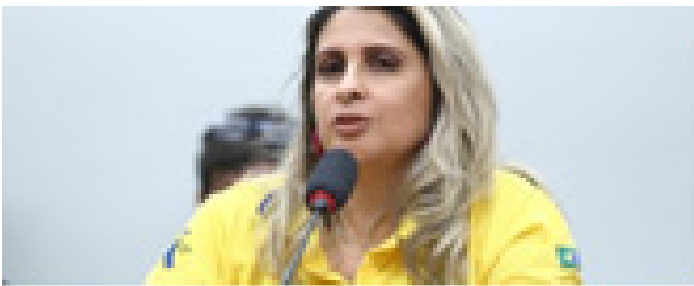


DISTRITO FEDERAL

Sindicalistas do DF são eleitos para a direção nacional da CUT

Saiba quem são as lideranças

JEAN MACIEL



Após quatro dias de intensos debates, o 14º Congresso Nacional da CUT (CONCUT) encerrou-se nesse domingo (22) e elegeu a nova direção da Central para o próximo quadriênio (2023/27). Entre os eleitos, seis lideranças sindicais são representantes do DF, sendo duas mulheres e quatro homens.

Conheça os representantes do DF:

Amanda Corcino foi eleita secretária da Mulher Trabalhadora. A trabalhadora dos Correios é presidenta do Sintect-DF - sindicato que representa a categoria no DF e Entorno - e secretária de Formação Sindical da Fentect.

Na última gestão da CUT, ocupou o cargo de secretária-adjunta de Relações de Trabalho. Por anos, a líder sindical tem travado uma árdua luta contra a privatização da empresa estatal mais antiga do Brasil, além de ter estado à frente das últimas greves da categoria.

Antonio de Lisboa foi reeleito secretário de Relações Internacionais. O sindicalista é professor de História e Geografia da rede pública de ensino do DF, e nos anos finais da ditadura militar no Brasil, participou ativamente da reorganização do movimento estudantil. No movimento sindical, integrou a diretoria do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF) e dirigiu as maiores greves da história da categoria. Também já compôs a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e, em 2014, foi eleito membro representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2022, foi eleito presidente-adjunto da Confederação Sindical Internacional (CSI).

Ismael Cesar foi eleito diretor executivo. Funcionário público federal, o líder sindical participou da fundação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF (Sindsep-DF) e da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), onde atualmente é diretor. O sindicalista também foi secretário de Políticas Sociais da CUT-DF e integrou a direção da CUT Nacional em gestões anteriores.

Geralda Godinho foi eleita diretora executiva. A comerciária e secretária-geral do Sindicom - sindicato que apresenta a categoria no DF - teve seu primeiro contato com o movimento sindical em 1985, durante a histórica greve dos comerciários do ParkShopping. Em 1987, compôs, pela primeira vez, a direção do Sindicom-DF, e, desde então, tem sido figura marcante nas mobilizações da categoria. Geralda também já foi secretária-geral da Contracs e presidenta da Fetracom.

Daniel Gaio foi reeleito secretário de Meio Ambiente. Bancário, Gaio ingressou no movimento sindical em 2002, para compor a direção da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (FETEC-CUT/CN). O líder sindical já foi diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília, da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), e atualmente integra o Conselho Diretivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT (Contraf-CUT). O sindicalista também já militou no movimento estudantil e foi dirigente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (DCE). Esse é o terceiro mandato do sindicalista na pasta.



Luiz Valmir de Souza foi eleito conselheiro fiscal. O vigilante está em seu primeiro mandato como diretor do Sindesv-DF [?] sindicato que representa a categoria. Antes, o sindicalista militava na base e participou de greves históricas. Agora, o líder sindical soma forças à nova diretoria nacional da CUT.

Fonte: CUT DF - Leandro Gomes

CUT encerra congresso: inimigo ainda à espreita, direitos a recuperar e ampliar

Central renovou a diretoria e aprovou plano de lutas para os próximos quatro anos, incluindo marcha a Brasília no ano que vem



No encerramento do Concut, quase 2 mil delegados aprovaram o plano de lutas para os próximos quatro anos

A CUT encerra seu congresso nacional neste domingo (22) com a avaliação de que – apesar de ter o governo como aliado –, para recuperar e ampliar direitos e retomar um projeto de país, é preciso se manter na rua. A sombra conservadora segue alta, não só no Brasil. “O fascismo ainda não foi derrotado completamente”, afirmou, por exemplo, João Barreiros, dirigente da CGTP (Portugal) e representante da Confederação Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLL).

Entre os 1.800 delegados e 200 convidados internacionais, foram vários alertas ao avanço da extrema direita. “Por mais que tenhamos Lula na Presidência, a pressão da direita contra nossos direitos é muito violenta (...) Não vamos deixar andar para trás”, disse o ex-secretário-geral da CUT Gilmar Carneiro. “Com o

neoliberalismo, vamos à falência como projeto de país.” Ele participou do ato de lançamento do livro *A nova ordem* – Luiz Gushiken, com 67 artigos sobre o ex-dirigente bancário e do PT, que morreu em 2013. A obra está disponível em PDF no site da Fundação Perseu Abramo (FPA).

Nova ordem mundial

Durante a plenária final, foram exibidos vídeos em que Gushiken fala da importância da redução da jornada para a criação de empregos e sobre um nova ordem (“corpo federado mundial”) se sobrepondo aos Estados nacionais. “Passados mais de 30 anos (desde a Constituição), a redução da jornada ainda é um tema que esta na pauta dos trabalhadores”, lembrou Fernanda Otero, organizadora do livro.

Assim, é preciso também avançar na organização sindical. “Atuar só nos locais de

trabalho não é mais suficiente”, afirmou o presidente reeleito da CUT, Sérgio Nobre. “Se queremos representar todos os trabalhadores precisamos estar nos territórios. Isso não significa disputar espaços com os movimentos populares, mas para fazer o nosso trabalho, o trabalho sindical, para falar de trabalho. Para falar sobre direitos trabalhistas e lutar por eles juntos com as comunidades”, acrescentou. “O grande desafio nosso é o que a CUT tem de estar onde o povo está.”

Da resistência para a reconstrução

Para a vice-presidenta reeleita, Juvandia Moreira, se o congresso anterior, em 2019, foi marcado pela resistência (era o primeiro ano do governo Bolsonaro), o deste ano, o 14º da história da CUT, é o da reconstrução e de fortalecimento da democracia. Com muitos desafios no caminho, lembrou.

“Não dá para pensar em democracia sem fortalecer os sindicatos, sem pensar no trabalho decente, no combate à desigualdade, no desenvolvimento sustentável. Não dá para pensar nisso sem fazer a reforma tributária”, citou. Nesse sentido, entre as resoluções aprovadas no último dia de congresso esta a realização de uma marcha a Brasília, provavelmente ainda no primeiro trimestre de 2024. “Para reforçar nossas pautas, nossa agenda”, observou Juvandia.

Direitos e negociação coletiva

Trata-se de um governo em disputa, disse a dirigente da CUT. Sem mobilização, o sistema financeiro e o próprio Congresso continuarão representando empecilhos às pautas sociais. É preciso também reforçar a negociação coletiva, um dos temas discutidos em grupo de trabalho tripartite (com representantes do governo, dos trabalhadores e de empresários). Até para evitar a ascensão do autoritarismo e da extrema

direita, como na história recente do país. “É o que acontece quando você enfraquece as organizações democráticas. Sindicato é parte da democracia”, reforça a vice-presidenta da CUT.

No encerramento do 14º Concut, hoje, foi aprovado o plano de lutas para os próximos quatro anos. Um dos objetivos é mostrar à sociedade a importância dos sindicatos na garantia de empregos, direitos e cidadania.

No penúltimo dia de congresso, a central homenageou os vencedores do 4º Prêmio CUT. Nesta edição, padre Júlio Lancellotti (Democracia, Cidadania e Direitos Humanos), a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves (Democracia e Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras), a ialorixá e ativista Mãe Bernardete (Democracia e Justiça pelos Povos Originários, das Águas e das Florestas, in memoriam), o jornalista Leandro Demori e a Revista Fórum (Democratização da Comunicação, Imprensa Livre e Combate às Fake News), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, Democracia e Liberdade no Brasil e no Mundo).

Com o metalúrgico Sérgio Nobre na presidência e a bancária Juvandia Moreira na vice, o secretário-geral passa a ser Renato Zulato (químicos). Foram criadas quatro secretarias: Economia Solidária, LGBTQIA+, Transporte/Logística e Aposentados, Pensionistas e Idosos.

Além disso, nos quatro dias de congresso foram muitas celebrações pelos 40 anos da CUT, completados em agosto. A central foi criada ainda sob o contexto da ditadura e também sob a descrença de setores da esquerda, como lembraram alguns de seus veteranos. “Organizar a CUT foi um desafio de uma geração inteira. Temos que estar atualizando essas transformações”, lembrou Gilmar.

Fonte: RBA - Por Vitor Nuzzi

Sérgio Nobre: defender o FAT é defender geração de empregos de qualidade

Em artigo publicado no portal Congresso em Foco, o presidente da CUT afirma que ministro Marinho acerta ao propor correção da reforma da Previdência que ameaça o Fundo



Defender o FAT é defender geração de empregos de qualidade; Ministro Luiz Marinho acerta na sua proposta

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, acerta ao propor uma correção na reforma da previdência de 2019 que ameaça a sustentabilidade do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O FAT foi criado pela Constituição de 1988 para financiar o Programa Seguro Desemprego que, além do pagamento do benefício ao desempregado, inclui ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra pelo SINE, microcrédito, PRONAF e de fomento à geração de emprego.

Em 2022, o fundo pagou R\$ 42 bilhões a mais de 6,6 milhões de trabalhadores e

trabalhadoras que receberam o seguro desemprego, inclusive pescadores artesanais, trabalhadores e trabalhadoras domésticos e resgatados do trabalho análogo ao escravo. Para o abono salarial, por sua vez, o FAT repassou R\$ 24 bilhões a 25,9 milhões de trabalhadores que, em 2020, recebiam até dois salários mínimos mensais. Tolhidas pela busca de superávit fiscal, as ações de qualificação profissional, intermediação e fomento à geração de empregos ficaram com apenas R\$ 313 milhões no ano passado.

Pela Constituição, a arrecadação do PIS/PASEP, que é recolhida pelas empresas com base no seu faturamento se vincula ao FAT para o custeio dessas ações. Em 2022, esse tributo gerou receitas de R\$ 79 bilhões e se espera receber R\$ 80 bilhões em 2023. Além disso, 28% da arrecadação anual do PIS/PASEP vão para o BNDES para programas de financiamento do desenvolvimento econômico e geração de empregos que sustentam atualmente mais de meio milhão de empregos ao ano. Esses recursos, que hoje são emprestados a juros sem subsídios pela TLP para projetos estruturantes da infraestrutura, da indústria, comércio e agronegócios.

Porém, a reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103) permite que a arrecadação do PIS/PASEP possa ser usada também para pagar benefícios da Previdência Social. Essa parte da reforma foi pouco discutida pela sociedade, cujas atenções se voltavam aos ataques aos direitos de trabalhadores, aposentados e pensionistas. Aprovada a reforma, o governo passado começou a aplicar essa nova regra em 2021, destinando quase R\$ 10 bilhões do PIS/PASEP para a Previdência.

Em 2022, o repasse foi de R\$ 17,8 bilhões e, por pouco, não resultou em déficit no FAT.

Em 2023, a previsão é de que R\$ 22,7 bilhões, dos R\$ 80 bilhões que serão arrecadados, sejam retidos para a Previdência e o Fundo, provavelmente, terá déficit de R\$ 8,8 bilhões. Os recursos do PIS/PASEP que ficarão no

FAT não serão suficientes sequer para pagar os R\$ 71,8 bilhões previstos para o seguro desemprego e o abono salarial.

A persistir esse quadro, o BNDES terá que se desfazer de ativos para cobrir os déficits que estão sendo projetados para as contas do FAT, e sua capacidade de promoção do desenvolvimento e de empregos será inviabilizada. Se essa regra da EC 103 não for alterada, o FAT continuará praticamente nulo na promoção do emprego e na qualificação profissional, deixando de corresponder às necessidades de uma economia em transformação e carente de fontes de novos e melhores empregos. O país perderá um mecanismo criado na Constituinte de 1988 com a finalidade de estruturar políticas de mercado de trabalho essenciais para uma economia em transformação. E a precariedade do nosso mercado de trabalho vai dificultar o próprio reequilíbrio sustentável das contas previdenciárias.

A CUT e as demais centrais sindicais vêm se manifestando em diversos fóruns e junto ao governo Lula para que o FAT tenha seus recursos preservados e seu orçamento seja reforçado para ir além da obrigação básica de pagamento de benefícios a desempregados e trabalhadores de renda insuficiente. Esperamos que a regra da reforma da Previdência seja revista, para que haja o resgate de um mecanismo de sustentação de políticas públicas de geração de mais e melhores empregos no país.

Defender o FAT é defender geração de empregos de qualidade

CONGRESSO EM FOCO

por Sérgio Nobre*

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, acerta ao propor uma correção na reforma da previdência de 2019 que ameaça a sustentabilidade do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

O FAT foi criado pela Constituição de 1988 para financiar o Programa Seguro Desemprego que, além do pagamento do benefício ao desempregado, inclui ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra pelo Sine, microcrédito, Pronaf e de fomento à geração de emprego.

Em 2022, o fundo pagou R\$ 42 bilhões a mais de 6,6 milhões de trabalhadores e

trabalhadoras que receberam o seguro desemprego, inclusive pescadores artesanais, trabalhadores e trabalhadoras domésticos e resgatados do trabalho análogo ao escravo. Para o abono salarial, por sua vez, o FAT repassou R\$ 24 bilhões a 25,9 milhões de trabalhadores que, em 2020, recebiam até dois salários mínimos mensais. Tolhidas pela busca de superávit fiscal, as ações de qualificação profissional, intermediação e fomento à geração de empregos ficaram com apenas R\$ 313 milhões no ano passado.

Pela Constituição, a arrecadação do PIS/Pasep, que é recolhida pelas empresas com base no seu faturamento, se vincula ao FAT para o custeio dessas ações. Em 2022, esse tributo gerou receitas de R\$ 79 bilhões. Espera-se receber R\$ 80 bilhões em 2023. Além disso, 28% da arrecadação anual do PIS/Pasep vão para o BNDES para programas de financiamento do desenvolvimento econômico e geração de empregos que sustentam atualmente mais de meio milhão de empregos ao ano. Esses recursos hoje são emprestados a juros sem subsídios pela TLP para projetos estruturantes da infraestrutura, da indústria, comércio e agronegócios.

Porém, a reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103) permite que a arrecadação do PIS/Pasep possa ser usada também para pagar benefícios da Previdência Social. Essa parte da reforma foi pouco discutida pela sociedade, cujas atenções se voltavam aos ataques aos direitos de trabalhadores, aposentados e pensionistas. Aprovada a reforma, o governo passado começou a aplicar essa nova regra em 2021, destinando quase R\$ 10 bilhões do PIS/PASEP para a Previdência.

Em 2022, o repasse foi de R\$ 17,8 bilhões e, por pouco, não resultou em déficit no FAT.

Em 2023, a previsão é de que R\$ 22,7 bilhões, dos R\$ 80 bilhões que serão arrecadados, sejam retidos para a Previdência e o Fundo, provavelmente, terá déficit de R\$ 8,8 bilhões. Os recursos do PIS/PASEP que ficarão no FAT não serão suficientes sequer para pagar os R\$ 71,8 bilhões previstos para o seguro desemprego e o abono salarial.

A persistir esse quadro, o BNDES terá que se desfazer de ativos para cobrir os déficits que estão sendo projetados para as contas do FAT, e sua capacidade de promoção do desenvolvimento e de empregos será inviabilizada. Se essa regra da EC 103 não for alterada, o FAT continuará praticamente nulo na promoção do emprego e na qualificação profissional, deixando de corresponder às necessidades de uma economia em transformação e carente de fontes de novos e melhores empregos. O país perderá um mecanismo criado na Constituinte de 1988 com a finalidade de estruturar políticas de mercado de trabalho essenciais para uma economia em transformação. E a precariedade do nosso mercado de trabalho vai dificultar o próprio reequilíbrio sustentável das contas previdenciárias.

A CUT e as demais centrais sindicais vêm se manifestando em diversos fóruns e junto ao governo Lula para que o FAT tenha seus recursos preservados e seu orçamento seja reforçado para ir além da obrigação básica de pagamento de benefícios a desempregados e trabalhadores de renda insuficiente. Esperamos que a regra da reforma da Previdência seja revista, para que haja o resgate de um mecanismo de sustentação de políticas públicas de geração de mais e melhores empregos no país.

* Sérgio Nobre é presidente nacional da CUT

FONTE: CUT

Justiça do Trabalho firma parcerias com AGU e USP sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Os objetivos são o compartilhamento de informações e estudos sobre as Normas Regulamentadoras



Assinatura de parcerias com a AGU e a USP

A Justiça do Trabalho firmou, nesta terça-feira (10), duas parcerias que têm por objeto a segurança do trabalho. A primeira é um Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para estabelecer um fluxo de informações estratégicas relativas a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A segunda é um

convênio firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho, por meio do Programa Trabalho Seguro, com a Universidade de São Paulo (USP), voltado à implementação de projeto-piloto de pesquisa e de desenvolvimento legislativo.

Para o presidente do TST e do CSJT, ministro Lelio Bentes Corrêa, os dois termos de cooperação dizem respeito a temas sensíveis e extremamente atuais.

Responsabilização

O acordo com a AGU cuida da responsabilização de empregadores que, por omissão ou negligência, causam acidentes de trabalho, danos e até morte de trabalhadores. A partir das informações prestadas pela Justiça do Trabalho, eles poderão ser responsabilizados em ações individuais ajuizadas pela AGU. “É uma medida com grande teor pedagógico, que desestimula essa conduta negligente e essa violação à legislação protetiva do meio ambiente do trabalho”, afirmou.

O ministro-chefe da AGU, Jorge Messias, explicou que o acordo fornece informações estratégicas para o ajuizamento de ações visando ao ressarcimento dos gastos públicos decorrentes do pagamento de benefícios acidentários e por doenças ocupacionais. “Para termos êxito nessas ações, precisamos das informações que são hoje agrupadas e articuladas pela Justiça do Trabalho. Com isso, poderemos mobilizar a inteligência pública”.

De acordo com o advogado-geral da União, o que se busca é reduzir o número de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais. “Percebemos um aumento muito significativo dessas ocorrências”, observou. “Foram mais de 25 mil mortes nos últimos 10 anos, e temos como atuar para colocar essa curva na trajetória descendente”.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Normas Regulamentadoras

Já o convênio com a USP visa a instituir um grupo de pesquisa que se dedicará ao estudo das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, que definem os parâmetros da proteção do meio ambiente do trabalho limpo, higiênico, cuidadoso e sem violência. “Esse estudo é fundamental para que possamos reverter o processo de enfraquecimento dessa normatização e avançar no sentido da proteção adequada a todas as pessoas no ambiente de trabalho”, afirmou Lelio Bentes.

O ministro do TST Alberto Balazeiro, coordenador do Comitê Gestor Nacional do Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho, destacou que o convênio poderá orientar eventuais modificações nas NRs. “O Programa tem como meta do biênio tratar a democracia como forma de assegurar a saúde e a segurança do trabalho e, nesse contexto, seguimos estudando as modificações feitas nas NRs”.

A USP foi representada pelo juiz do trabalho Guilherme Guimarães Feliciano, coordenador-chefe do Grupo de Pesquisa e Extensão “Meio Ambiente do Trabalho” da Faculdade de Direito da instituição e titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté. Segundo ele, a intenção do convênio é verificar os impactos socioeconômicos das últimas alterações no sistema de Normas Regulamentadoras, que, a seu ver, foram profundamente modificadas. Outro foco serão os sucessos e os insucessos das normas mais antigas e a possibilidade de serem expandidas no seu objeto.

(Nathália Valente/CF)

Fonte: TST

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF